

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XIII
INTRODUÇÃO	01
1. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E SISTEMA DE REFERÊNCIA.....	07
1.1 O Direito como sistema comunicacional: o constructivismo lógico-semântico.....	08
1.2 Delimitando conceitos: evento, fato e fato jurídico.	14
1.3 A norma jurídica	18
1.4 Algumas possíveis classificações da norma jurídica	27
1.5 O sistema jurídico	30
1.6 O processo de positivação do Direito e o fenômeno da incidência normativa	36
1.7 Demarcação do objeto de estudo	40
2. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ENTES POLÍTICOS.....	41
2.1 Os princípios constitucionais como diretrizes do sistema jurídico	41
	IX



LUÍSA CRISTINA MIRANDA CARNEIRO

2.2 O princípio republicano.....	45
2.3 O princípio federativo	49
2.3.1 Conceito de Federação.....	51
2.3.2 O Estado federal brasileiro	53
2.4 O princípio da legalidade.....	60
2.5 As normas de competência no sistema de direito positivo.....	62
2.6 A repartição das competências dos entes políticos no sistema jurídico brasileiro	65
2.7 Competência tributária dos entes políticos.....	68
2.8 A competência tributária como garantidora da autonomia das pessoas políticas	75
2.9 A discriminação das competências tributárias no sistema constitucional brasileiro.....	77
2.10 O exercício da competência pelos entes tributantes	82
2.10.1 As fontes do Direito e os veículos introdutores de normas no sistema do direito positivo.....	82
2.10.2 As normas gerais em Direito Tributário	87
2.10.3 A lei complementar em matéria tributária..	90
2.10.3.1 A importância da lei complementar para disciplinar os conflitos de competência	96
2.10.4 A instituição dos tributos pelos entes competentes. A regra-matriz de incidência tributária.....	97

X





IPVA
TEORIA, PRÁTICA E QUESTÕES POLÊMICAS

3. A COMPETÊNCIA DOS ESTADOS MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL PARA A INSTITUIÇÃO E A COBRANÇA DO IPVA	101
3.1 O histórico da tributação da propriedade de veículos automotores no Brasil.....	101
3.2 A inexistência de lei complementar disciplinando o IPVA	105
3.3 A legislação de trânsito e o IPVA	109
3.4 A regra-matriz de incidência tributária do imposto sobre a propriedade de veículos automotores	115
3.4.1 Critério material.....	115
3.4.1.1 A expressão veículo automotor	120
3.4.1.2 Os institutos da “propriedade”, “posse” e “domínio” e a definição do critério material do IPVA.....	124
3.4.2 Critério espacial	133
3.4.2.1 Considerações sobre o princípio da territorialidade	133
3.4.2.2 A importância do critério espacial do IPVA para definição do sujeito ativo	135
3.4.2.3 O local de registro e de licenciamento do veículo automotor.....	138
3.4.2.4 O local de domicílio ou residência do proprietário.....	141
3.4.3 Critério temporal	151
3.4.4 Critério pessoal	158
3.4.4.1 Sujeito ativo	158
	XI





LUÍSA CRISTINA MIRANDA CARNEIRO

3.4.4.2 Sujeito passivo.....	160
3.4.4.2.1 A responsabilidade tributária e o IPVA	163
3.4.5 Critério quantitativo.....	168
3.4.6 Síntese da regra-matriz de incidência tribu- tária do IPVA	174
3.5 A constituição da obrigação tributária relativa ao IPVA	175
4. OS CONFLITOS FEDERATIVOS RELATIVOS AO IPVA	179
4.1 O fenômeno da guerra fiscal	180
4.2 A guerra fiscal do IPVA.....	182
4.3 Exemplos concretos de conflitos relativos ao IPVA	185
4.3.1 O caso das locadoras de veículos.....	185
4.3.1.1 A atribuição de responsabilidade soli- dária ao locatário	194
4.3.2 Os veículos objeto de arrendamento mercantil	204
4.3.3 O IPVA e a alienação fiduciária em garantia...	208
4.3.4 O aspecto temporal e a transferência do veículo a outra unidade federada durante o exercício ..	217
4.3.5 As sanções políticas aplicadas pelo não paga- mento do IPVA	221
4.4 A guerra fiscal do IPVA e o comprometimento da ordem jurídica nacional.....	232
CONCLUSÕES.....	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251

XII

